



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora

Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéba – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

Inspeção realizada na Comarca de Coreaú/CE

RELATÓRIO

Portaria nº 09/2019/CGJCE

Desembargador Corregedor Geral da Justiça:

Desembargador Teodoro Silva Santos

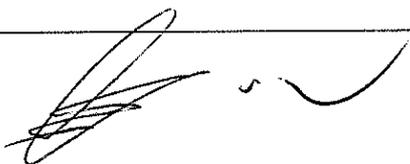
Juiz Corregedor Auxiliar:

Dr. FERNANDO TELES DE PAULA LIMA

1 IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO (dados coletados do FICOVI)	
Processo	CPA N° : 8500610-82.2019.9.06.0026
Unidade	VARA ÚNICA DE COREAÚ
Entrância	INICIAL
Endereço	RODOVIA-CE -364,S/N, CENTRO
Período da Correição	28/03/19
Portaria	01/09/19

2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS (dados coletados do FICOVI)	
Nome: GUIDO DE FREITAS BEZERRA	Matrícula: 10254
(X) Juiz de Direito () Juiz Substituto () Titular () Respondendo	
Exercício cumulativo: (X) Sim () Não	Quais?
Ingresso na Magistratura: 04/07/2013.	Ingresso na Vara: 15/06/2015.
O juiz reside na Comarca?	(X) Sim () Não
O juiz estava presente nos dias da correição?	() Sim () Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	(X) Sim () Não
O Juiz exerce a função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	() Sim (X) Não Qual?
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	(X) Sim () Não
O Juiz exerce a função de magistério?	() Sim () Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

3 SECRETARIA – QUADRO DE PESSOAL (dados coletados do FICOVI)		
3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS	TOTAL	1
CÉLIO SOUZA FONTENELE		
3.2 OFICIAIS DE JUSTIÇA	TOTAL	1
MANOEL MARANGUAPE QUEIROZ		
3.3 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS	TOTAL	2
MARIA CONCEIÇÃO DE ABREU		
FERNANDO MACHADO ALBUQUERQUE		
3.4 AUXILIARES JUDICIAIS	TOTAL	1

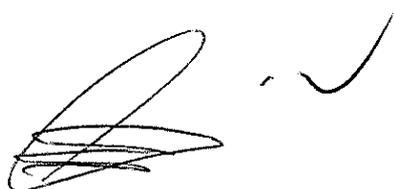


LEONETE MOREIRA FONTENELE		
3.5 CÉDIDOS	TOTAL	10
JANIO TELES CARDOSO		
ÂNGELA MARIA ALBUQUERQUE RIBEIRO		
NAGELA NUNES PINTO MORAIS		
BENEDITO RICARDO ALBUQUERQUE		
ANTÔNIA AURILANE DE ALBUQUERQUE		
VINÓLIA DE SOUZA ALVES		
ORLANDO CARLOS GOMES		
ANTÔNIA SIVÂNIA PAIXÃO		
MARIA DA CONCEIÇÃO ABREU ROCHA		
FRANCISCA BEZERRA SILVA COSTA		
3.6 ESTAGIÁRIOS	TOTAL	1
ELZILENE GOMES COSTA		
3.7 ASSISTENTE		
CÉLIO SOUZA FONTENELE		
3.8 SUPERVISOR		
MANOEL VALDIR BARROS FILHO		

4 DO PROMOTOR (dados retirados do FICOVI)	
Nome: IRAPUAN DA SILVA DIONISIO JUNIOR	Ingresso na Vara:
<input type="checkbox"/> Titular <input checked="" type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais?

5 DO DEFENSOR PÚBLICO (dados retirados do FICOVI)	
Nome: Não há Defensor Público .	Ingresso na Vara:
<input type="checkbox"/> Titular <input type="checkbox"/> Respondendo	
Responde por outras Comarcas? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	Quais?

6 DA UNIDADE JUDICIÁRIA (dados coletados junto à Unidade Inspeccionada)
--



Competência:
 Jurisdição Cível
 Recuperações de Empresas e Falências Família Sucessões
 Fazenda Pública Registros Públicos
 Possui especialização? Sim, qual? Não

Jurisdição Criminal
 Júri Auditoria Militar Delitos de Tráfico de Drogas
 Execução Penal Execução de Penas e Medidas Alternativas
 Corregedoria dos Presídios
 Possui especialização? Sim, qual? Não

Jurisdição Especializada
 Execução Fiscal Crimes contra a ordem tributária Infância e Juventude
 Juizado Cível Juizado Criminal Juizado da Fazenda Pública
 Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher
 Possui especialização? Sim, qual? Não

6.1 ESTRUTURA FÍSICA E CONSERVAÇÃO DO IMÓVEL

O espaço é adequado e suficiente para o desenvolvimento das atividades do juízo?
 Sim Não

Possui acessibilidade? Sim Não

Estrutura física: Ótima Boa Regular Péssima

Reclamações/constatações:
 PRECISANDO DE UMA REFORMA, MUITAS INFILTRAÇÕES .

6.2 MOBILIÁRIO

Mobiliário: Suficiente Insuficiente

Estado de conservação do mobiliário? Bom Regular Péssimo

Reclamações/constatações:
 PRECISARIA DE MAIS ALGUMAS ESTANTES PARA COLOCAÇÃO DE PROCESSOS.

6.3 EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Equipamentos à disposição: Suficiente Regular Insuficiente

Reclamações/constatações:
 MUITOS SERVIDORES FICAM SEM COMPUTADORES .

6.4 MATERIAL DE EXPEDIENTE

Há falta de material de expediente? Sim Não

Reclamações/constatações:
 CAPA BRANCA É MUITO UTILIZADA E ACABA COM MUITA FREQUÊNCIA.

7 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS (dados coletados do FICOVI)

Quantos processos administrativos estão em curso na unidade:

Quantos processos administrativos disciplinares estão em curso na unidade

Processos são cadastrados no CPA Sim Não

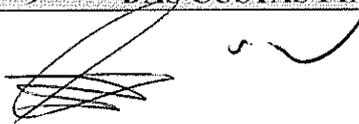
8 DA DISTRIBUIÇÃO (dados coletados junto à unidade inspecionada)

Há servidor específico para realizar a distribuição dos processos? Sim Não

Há ações pendentes de distribuição? Sim Não

Se sim, quanto ações estão pendentes de distribuição

9 DAS CUSTAS FINAIS (dados coletados junto à unidade inspecionada)



Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	() Sim (X) Não
Como é feito?	

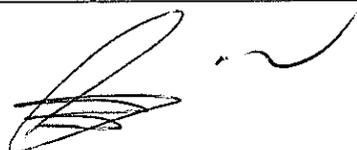
10 SISTEMAS PROCESSUAIS UTILIZADOS NA VARA (dados coletados junto à unidade inspecionada)	
Processos Físicos	(X) SAJ Físico
Processos Digitais	() SAJPG () PJe

11 DO ACERVO PROCESSUAL (dados coletados do último relatório de inspeção e do FICOVI)	
Acervo na data da inspeção:4967	
Acervo na última inspeção: 2551-(Recebeu o acervo da Vinculada de Moraújo)	
() Diminuiu (X) Aumentou	Diferença: 2.416

12 PRODUTIVIDADE (dados coletados do Sistema SEI)		
12.1 Gestão de desempenho (Ano:2019)		
Processos novos	508	
Processos pendentes de julgamento	3.020	
Processos julgados	740	
Processos pendentes de baixa	4.967	
Processos baixados	296	
Taxa de congestionamento	86,65%	
12.2 Gestão do acervo (Mês:Março /Ano2019)		
Processos conclusos para sentença	186	
Processos julgados e não baixados	1.947	
Processos entrados no mês	210	
Processos julgados no mês	43	
Processos baixados no mês	239	
12.3 Processos prioritários		
Idoso	Pendente de Julgamento	55
	Pendente de Baixa	103
Réu Preso	Pendente de Julgamento	10
	Pendente de Baixa	11

13 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO (dados coletados do sistema produtividade)	
Despachos: 2.093	
Decisões : 310	
Sentenças com resolução de mérito: 1.541	
Sentenças sem resolução de mérito: 144	
Sentenças de homologação de acordos: 83	
Sentenças de Extinção de punibilidade: 44	
Suspeições e/ou impedimentos declarados : 0	
Sessão do Júri: 1	
Audiências marcadas para o juiz: 946	
Audiências realizadas: 411	
Autos conclusos para sentença há mais de 100 dias : 14	
Autos conclusos para ato judicial diverso de sentença há mais de 100 dias: 65	
Improbidade Administrativa: 0	
Crimes Contra a Administração Pública: 0	

14 SITUAÇÃO GERAL DOS PROCESSOS (dados coletados do FICOVI)	
14.1 PROCESSOS CONCLUSOS	
Para Sentença	50



Para Decisão	0
Para Despacho	91
Liminares Pendentes de análise	0
É feito algum controle em processos no qual é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	(X) Sim () Não
Se sim, como é feito esse controle? OS PROCESSOS COM LIMINARES SÃO COLOCADOS NA MESA DO MAGISTRADO.	
14.2 PROCESSOS PARALISADOS (dados coletados do SEI)	
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 100 e 180 dias	80
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 365 dias	77
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 365 dias	73
Total	230

15 GERENCIAMENTO DE PROCESSOS (dados coletados junto a unidade inspecionada)	
15.1 NA SECRETARIA	
Gestão Estratégica	
Com que frequência são verificados os processos com prazos excedidos?	() diária () semanal (X) quinzenal () mensal () não é feito controle.
É feito um monitoramento nos processos prioritários?	(X) sim () não Explique:
É feito um monitoramento nos processos paralisados?	(X) sim () não Explique:
É feito um acompanhamento do tempo de prisão dos presos provisórios e definitivos?	(X) sim () não Explique:
Gestão de Processo de Trabalho	
Os processos conclusos são imediatamente remetidos ao Gabinete?	(X) sim () não Explique:
A divisão do trabalho é feita:	() por dígito do processo (X) por matéria () por tarefa/caixas.
Os servidores realizam atos ordinatórios?	(X) sim () não
Como é feita a abertura de Malote Digital	(X) servidor específico () revezamento (PARA ENVIO DO MALOTE)
Há uma rotina específica para a cobrança de autos com carga?	(X) sim () não Periodicidade:
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	(X) sim () não Periodicidade: QUANDO PASSA DE 6 MESES.
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	(X) sim () não Periodicidade: GERALMENTE 3 MESES.
É utilizado o BNMP 2.0?	(X) sim () não

Existe algum problema (demora) no cumprimento de mandados de prisão?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Quantidade de Mandados pendentes de cumprimento:	
Há presos cumprindo prisão provisória ou definitiva na Delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há dificuldades na condução de presos para as audiências?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique: A CADEIA PÚBLICA FOI DESATIVADA.
Há processos prontos para realização de Sessão do Tribunal do Júri?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Quanto?
O aprazamento de audiências preliminares do Juizado Criminal é feito com o auxílio da delegacia?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Por que?
O agendamento de audiências é feito na Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Há conciliador nomeado?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:
Conciliador é servidor efetivo?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não
Há demora na realização de perícias?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não Explique:
A Secretaria adota alguma boa prática que merece ser destacada?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Explique:
A unidade possui todos os livros obrigatórios (art. 33, Prov. n 01/2007)	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> Não
Gestão de Pessoas	
O juiz estabelece alguma meta para ser cumprida pela Secretaria?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O juiz realiza reuniões periódicas para avaliação das rotinas de trabalho / resultados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique:
Quantos servidores trabalham na Secretaria e quantos são bacharéis em direito: 15 COM OS CEDIDOS.	03 BACHAREIS.
Satisfação do Cliente	
Como é feito o atendimento ao público?	<input type="checkbox"/> servidor específico <input checked="" type="checkbox"/> revezamento
Existe livro próprio para anotação das reclamações feitas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Foi realizada alguma reclamação no último ano?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
É feita alguma análise das reclamações efetivadas?	<input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
15.2 NO GABINETE	
Gestão Estratégica	

Os processos com prioridade e urgência são analisados com que frequência?	<input type="checkbox"/> diária <input type="checkbox"/> semanal <input checked="" type="checkbox"/> quinzenal <input type="checkbox"/> mensal <input type="checkbox"/> não é feito controle
Existe algum critério na ordem de julgamentos?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, qual? <input type="checkbox"/> não, por que? PELAS PRIORIDADES.
Há planejamento/controlado de prazos para prolação de sentenças?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
Há plano de gestão na Vara?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O grupo de descongestionamento foi na unidade nos últimos 12 meses?	<input type="checkbox"/> sim, período: <input checked="" type="checkbox"/> não
Gestão de Processo de Trabalho	
A divisão de trabalho é feita:	<input type="checkbox"/> por ato judicial (despacho, decisão, sentença) <input checked="" type="checkbox"/> por classe processual (matéria)
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos prioritários?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há espaço físico ou virtual distinto para controle dos processos paralisados?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Magistrado adota alguma boa prática que mereça ser destacada?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Explique: O MAGISTRADO REALIZA UM MUTIRÃO DE JULGAMENTO.
É realizada pesquisa de endereço / bens do devedor através do Sistema da Receita Federal?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
É realizado pedido de bloqueio de bens através do Sistema BacenJud?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema RenaJud é utilizado, assim como o SERASAJUD?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistema SIEL (do TRE) é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O Infoseg é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
O Sistac é utilizado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não, por que?
Gestão de Pessoas	
Há Assistente designado?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
O assistente é servidor efetivo?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
À exceção do Assistente, tem servidores ou estagiários auxiliando o Juiz no gabinete?	<input checked="" type="checkbox"/> sim, quantos? ESTAGIÁRIO <input type="checkbox"/> não

O Juiz estabelece alguma meta de produtividade a ser cumprida no Gabinete?	(X) sim, qual? O magistrado diz o número de minutos a ser feito pelo servidor. () não
O Juiz realiza reuniões periódicas para acompanhamento e avaliação das rotinas de trabalho / reavaliação / resultados?	(X) sim () não, por que?

16 AUDIÊNCIAS – ÚLTIMOS 12 MESES (dados coletados junto ao FICOVI)	
Total de Audiências realizadas	492
Audiências cíveis realizadas	274
Audiências criminais realizadas	120
Audiências infância e Juventude realizadas	98
Audiências de custódia realizadas	30
Processos aguardando a designação de audiências	0
Processos aguardando a realização de audiência	
Audiência designada com a data mais distante	19/07/19
Tempo médio para realização das audiências	1 mês

17 TRIBUNAL DO JURI (dados coletados junto ao FICOVI)	
Quantidade de Processos	51
Juris realizados (últimos 12 meses)	5
Juris pendentes de realização	9
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	0
Processos inseridos na Meta ENASP (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas)	10

18 PROCESSOS INSPECIONADOS	
18.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO HÁ MAIS DE 100 DIAS	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Processo	Movimentação
0000152-31.2013.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de Reclamação trabalhista autuada em 09/08/2013. Feito paralisado desde 25/10/2018. Faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0003777-11.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de reparação por danos morais autuada em 19/04/2018. Feito paralisado desde 31/10/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0002470-56.2017.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança de diferença de indenização do seguro obrigatório de veículos automotores de via terrestre. Feito paralisado desde 24/10/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0002023-39.2015.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de complementação de cobrança de seguro obrigatório com pedido de liminar, autuada em 25/02/2016. Feito paralisado desde 04/10/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.



0000122-30.2012.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Ressarcimento autuada em 05/09/2011. Ação de Ressarcimento protocolada , em 17/06/2011, na Justiça Federal, remetida ao Juízo da Comarca de Moráújo, com conclusão para o Magistrado , em 05/09/2011, Dr. Hylder Masters (Juiz substituto). Em 06/05/2016, repousa despacho do Dr. Guido de Freitas Bezerra , em 02/08/2017, novo despacho (fls. 109). Despacho lançado por ocasião da correição permanente realizada pelo Magistrado. Feito paralisado , desde 23/11/2018, devendo ser dado impulso oficial.
0000197-64.2015.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública autuada em 10/07/2015. Feito paralisado desde 25/06/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0001397-20.2015.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Monitória autuada em 12/05/2015. Feito paralisado desde 20/11/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0001600-16.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Execução Fiscal- Cível autuada em 07/08/2014. Feito paralisado desde 19/10/2018, faça-se conclusão para impulso oficial.
0000092-58.2013.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de uma Reclamação Trabalhista autuada em 14/05/2013. Feito paralisado desde 25/10/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial. Último despacho do Magistrado foi proferida , em 02/08/2017, fls. 43. Impulso oficial com brevidade.
0002021-69.2015.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de uma Ação de Complementação de Cobrança de Seguro Obrigatório autuada em 25/02/2016. Feito paralisado desde 04/10/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
18.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO HÁ MAIS DE 100 DIAS	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Processo	Movimentação
18.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 100 DIAS	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Processo	Movimentação
0004267-33.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Indenizatória autuada em 13/04/2018. Audiência realizada em 29/05/2018. Último despacho em 17/08/2018 e concluso para sentença desde 17/10/2018.
0002495-69.2017.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de inexistência de débito. Autuada em 23/10/2017. Audiência de Instrução realizada em 06/12/2017. Despacho em 23/01/2018, para intimar a parte requerida para apresentar a contestação. Processo concluso para sentença desde 08/11/2018.
0003679-26.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Indenizatória autuada em 15/03/2018. Audiência realizada em 23/05/2018. Processo concluso para sentença desde 19/07/2018.
0000208-25.2017.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de procedimento do Juizado Especial, Ação de Reparação de Danos Morais e Materiais, autuada em 28/08/2017. Audiência realizada em 21/08/2018 e concluso para sentença desde essa data.



0000232-53.2017.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de procedimento do Juizado Especial Cível- Ação Indenizatória, autuado em 18/10/2017. Despachado em 25/10/2017, determinando a realização de audiência, em 24/04/2018. Despacho em 06/06/2018, determinando ao réu a exibição do instrumento original do suposto contrato. Concluso para sentença desde 06/08/2018.
0002573-97.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Penal autuada em 12/12/2016. Denúncia ofertada em 20/01/2017. Crime tipificado no art. 147 do CP. Denúncia recebida em 30/03/2017. Audiência realizada em 06/12/2018. Processo concluso para sentença desde 19/12/2018.
0001830-24.2015.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Penal autuada em 20/10/2015. Denúncia oferecida em 28/04/2016. Crime tipificado no art. 14 da lei nº 10.826/2003. Denúncia recebida em 17/05/2016. Audiência de Instrução realizada em 22/11/2017. Concluso para sentença desde 19/12/2018.
0003475-79.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Penal autuada em 29/01/2018. Denúncia ofertada em 05/02/2018, crime tipificado no art. 147 do CP. Audiência de Instrução realizada em 09/02/2018. Processo concluso para sentença desde essa data.

18.4 CARTAS PRECATÓRIAS

Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0001139-05.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Audiência agendada para o dia 02.05.2019. Aguardando a realização de audiência.
0000823-89.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Audiência agendada para o dia 02.05.2019. Aguardando a realização de audiência.
0001130-43.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Audiência agendada para o dia 02.05.2019. Aguardando a realização de audiência.
0000041-82.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Audiência agendada para o dia 09.05.2019. Aguardando a realização de audiência.
0004595-60.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Audiência agendada para o dia 05.04.2019. Aguardando a realização de audiência.

18.5 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DO IDOSO

Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0001655-35.2012.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de denúncia pela suposta prática do crime tipificado no art. 302, II, Lei nº 9.503/97, por fato ocorrido em 08.08.2012. Denúncia apresentada em 16.09.2013 e recebida em 17.09.2013. Processo despachado em 18.06.2018, determinando a expedição de ofício ao INSS e Banco do Brasil, solicitando o endereço de testemunha. Expedientes prontos para cumprimento. À Secretaria para cumprir o despacho de fl. 187.
0001246-54.2015.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação reivindicatória, autuada em 03.11.2016. Processo despachado em 06.12.2018, determinando a intimação das partes para manifestação. Certidão de decurso de prazo em 01.02.2019. Feito concluso desde então.
0001778-96.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de cobrança autuada em 12.11.2013. Sentença proferida em 11.12.2018. Embargos de declaração apresentados em 07.02.2019.

0001135-70.2015.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por danos morais com pedido de restituição do indébito, autuada em 05.02.2015. Despacho proferido em 30.06.2017, determinando providências à Secretaria. Certidão cumprida em 27.03.2019. Feito concluso desde então.
0001657-63.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação de cumprimento de sentença, autuada em 02.03.2016. Decisão interlocutória proferida em 28.11.2018, indeferindo pedido de suspensão do processo. Agravo de instrumento interposto em 27.02.2019
18.6 PROCESSOS INSERIDOS NA META 2 DO CNJ	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0001572-14.2015.8.06.069	Visto em inspeção. Trata-se de denúncia pela suposta prática do crime tipificado no art. 1º, I, Decreto-Lei nº 201/67 c/c art. 69, CP. Denúncia apresentada em 29.06.2015 e recebida em 01.04.2019, após o magistrado constar falhas na tramitação do feito e proceder o seu saneamento.
0000037-26.2010.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de denúncia pela suposta prática do crime tipificado no art. 155, §4º, IV, CP, por fato ocorrido em 17.01.2010. Denúncia apresentada em 22.01.2010 e recebida em 22.02.2012. Processo despachado em 01.04.2019.
0001650-42.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de denúncia pela suposta prática do crime tipificado no art. 33 e 35, Lei nº 11.343/06 e art. 244-B c/c art. 69, CP, por fato ocorrido em 27.06.2014. Denúncia apresentada em 27.11.2014. Processo concluso para sentença desde 23.02.2018. À conclusão para impulso oficial.
0001234-74.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Notícia Criminis por prática do crime de ameaça, datado de 14.01.2014. Feito paralisado desde 06.09.2017. À conclusão para impulso oficial.
0000137-28.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de denúncia pela suposta prática do crime tipificado no art. 129, §3º c/c art. 29, CP, por fato ocorrido em 27.07.2014. Denúncia apresentada em 28.08.2014 e recebida em 04.09.2014. Carta precatória retornada da Comarca de Fortaleza em 11.07.2018. Certidão datada de 12.07.2018, informando que uma testemunha não foi ouvida,. Feito concluso desde então.
18.7 PROCESSOS INSERIDOS NA META 4 DO CNJ	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0001442-58.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Último despacho lançado à fls. 280, em 08/02/2019. Intimação das partes acerca de documento , fls. 279. Em seguida, conclusos para sentença.
0001608-22.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. Último despacho lançado às fls. 60. Intimação das partes para especificar se possui algum interesse. Em seguida, concluso para sentença.

0001116-35.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Ação Civil de Improbidade Administrativa. Houve julgamento parcial, fls. 1340/1343. Último despacho, lançado em 18/01/2019, fls. 1357.
0001609-07.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. A conclusão, tendo em vista a petição de fls. 58, datado de 21/03/2019.
0003106-22.2017.8.06.0063	Visto em inspeção. A Secretaria de Vara para cumprir integralmente as determinações de fls. 37.
18.8 PROCESSOS INSERIDOS NA META 6 DO CNJ	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0000197-64.2015.8.06.0202	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 25/06/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial.
0001853-04.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Último despacho lançado à fls. 108 (Ação Civil Pública), com concessão de liminar.
0001776-29.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Protocolada em 12/09/2013 (Ação Civil Pública). Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 23/05/2019. Despacho de fls. 536, sem data.
0001121-28.2011.8.06.0069	Visto em inspeção. Último despacho às fls. 112. Ação Popular. Certidão fls. 115, em 22/03/2019.
18.9 MANDADOS DE SEGURANÇA	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0002577-37.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. Mandado de Segurança Coletivo autuado em 20/01/2017. Processo sentenciado.
0002576-52.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. Mandado de Segurança coletivo autuado em 20/01/2017. Processo maduro para sentença. A despeito do despacho de fls. 75, o feito, não foi julgado.
0003706-09.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo sentenciado em 09/10/2018.
0002519-34.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo sentenciado em 28/10/2018.
0002431-59.2017.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo sentenciado em 09/10/2018.
18.10 PROCESSOS ATINENTES AO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0001585-47.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Representação pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 157, §2º, I e II, CP, por fato ocorrido em 03.04.2013. Representação ofertada em 08.10.2014 e recebida em 31.10.2014. Adolescente intimado por edital. Audiência de apresentação designada para o dia 22.05.2015, deixou de se realizar, tendo em vista a ausência do adolescente e do representante legal. Processo despachado em 13.12.2018, determinando providências à Secretaria. Certidão apresentada em 22.03.2019. Feito conclusivo desde então.
0001560-34.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Representação pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 155, §1º, CP, por fato ocorrido em 05.06.2014. Representação ofertada em 06.10.2014 e recebida em 14.10.2014. Audiência de apresentação realizada em 01.12.2014 e 22.05.2015. Sentença proferida em 15.02.2019. À Secretaria para cumprir a integralidade do que foi determinado às fls. 87/88.

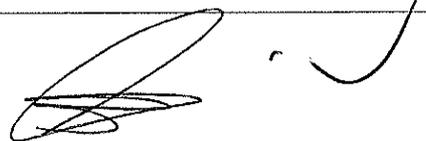
0001301-73.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Representação pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 157, §2º, I e II, CP. Sentença proferida em 04.03.2019. Aguardando decurso de prazo.
0001226-97.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Representação pela prática de ato infracional análogo ao crime previsto no art. 155, CP, por fato ocorrido em 30.01.2014. Representação apresentada em 15.04.2014 e recebida em 07.05.2014. Audiência de apresentação em 25.10.2016. Processo despachado em 20.03.2019, determinando o sobrestamento do feito.
0000218-95.2008.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação para aplicação de medida específica, autuada em 02.04.2018. Parecer do Ministério Público colacionado aos autos em 21.02.2019. À conclusão para impulso oficial.

18.11 PROCESSOS DE RELACIONADOS AO DIREITO DE FAMÍLIA

Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0001723-48.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação de execução de alimentos, autuada em 25.09.2013. Parecer do Ministério Público ofertado em 15.02.2018. À conclusão para impulso oficial.
0001312-05.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação de execução de alimentos, autuada em 03.05.2013. Acordo extrajudicial apresentado em 12.06.2018. Parecer do MP concordando com os termos postos no acordo em 25.07.2018. Feito concluso desde então.
0001217-38.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação de execução de alimentos, autuada em 25.02.2014. Processo despachado em 09.10.2017, determinando a atualização do valor do débito e a expedição do mandado de prisão. Novo despacho em julho de 2018, reiterando a determinação para expedição de mandado de prisão. Mandado de Prisão entregue a delegacia conforme certidão datada de 26.03.2019.
0000019-52.2014.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de ação de investigação de paternidade autuada em 27.01.2014. Processo despachado em 14.03.2019, abrindo vistas ao MP. Aguardando a manifestação ministerial.
0000525-96.2012.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de ação de alimentos provisórios, autuada em 29.01.2013. Parecer do MP em 12.03.2018. Despacho proferido em 12.03.2019, acatando as recomendações ministeriais. À Secretaria para cumprir o decidido à fl. 59.

18.12 PROCESSOS COM RÉUS PRESOS

Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0000413-31.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Denúncia ofertada em 13/09/2018. Art. 155, § 4º IV do CP. Processo sentenciado, em 30/01/2019, em fase de recurso.
0000824-74.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Denúncia ofertada em 19/12/2018. Art.121,§2º CP. Denúncia recebida em 06/02/2019. Prisão em flagrante dos acusados, em 25/10/2018.
0000899-16.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Ação Penal de competência do Júri. Instrução encerrada, em 08/03/2019.



0060573-11.2018.8.06.0202	Visto em inspeção. Denúncia recebida em 19/12/2018. Art. 157, § 2º, II e V e § 2-A, I e II do CP. Decisão em, 22/12/2018 indeferindo o pedido de relaxamento de prisão.
0004707-29.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Denúncia ofertada em 09/08/2018. Art.121, § 2º, I e II do CP. Denúncia recebida em 28/08/2018.
0000863-71.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Denúncia ofertada em 14/03/2019. Audiência de Instrução em 22/02/2019.
00000406-39.2018.06.0069	Visto em inspeção. Denúncia ofertada em 25/10/2018. Art. 14 da Lei nº 10.826/2003. Audiência de Instrução designada para o dia 02/05/2019. Réu preso, flagrante, em 09/09/2018.

18.13 EXECUÇÃO PENAL

Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
É utilizada a calculadora do CNJ? () Sim () Não, por que?	
Atestado de Pena a cumprir é expedido anualmente? () Sim () Não, por que?	
Processo	Movimentação
0001843-91.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo despachado em 19.03.2019, determinando a expedição de atestado de pena a cumprir. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 133.
0001192-25.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo despachado em 19.03.2019, determinando a expedição de atestado de pena a cumprir. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 139.
0042069-51.2013.8.06.0001	Visto em inspeção. Processo despachado em 19.03.2019, determinando a expedição de atestado de pena a cumprir. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 252.
0001998-26.2015.8.06.0069	Visto em inspeção. Sentença proferida em 06.03.2019, declarando extinta a punibilidade. Aguardando decurso de prazo.
0004421-51.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Audiência designada para o dia 11.04.2019. Aguardando a realização de audiência.

18.14 ALVARÁ JUDICIAL

Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0001092-36.2015.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo autuado em 23.01.2015. Pedido de desistência da parte autora em 27.03.2019. À conclusão.
0002036-67.2017.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo autuado em 25.04.2017. Alvará expedido em 15.02.2019
0002278-60.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo autuado em 21.08.2016. Aberta vistas ao MP em 20.03.2019. Aguardando a manifestação ministerial.
0000828-14.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo autuado em 09.11.2018. Parecer apresentado em 15.03.2019. À conclusão, tendo em vista parecer de fls. 23, datada de 15.03.2019.
0003771-04.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo autuado em 13.03.2018. Parecer apresentado em 15.03.2019. À conclusão, tendo em vista parecer de fls. 57, datada de 15.03.2019.

18.15 REGISTRO PÚBLICO

Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
--------------------	---

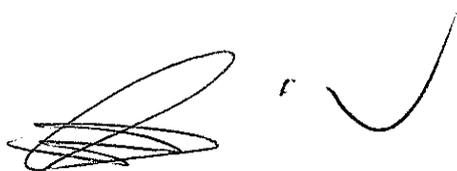
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0000314-55.2015.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de ação de retificação, autuada em 09.11.2015. Sentença proferida em 19.05.2018. À Secretaria para cumprir integralmente o determinado à fl. 35/36.
0000813-45.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação de retificação, autuada em 28.11.2017. Parecer apresentado em 15.03.2019. À conclusão, tendo em vista parecer de fls. 14, datada de 15.03.2019.
0004665-77.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação de retificação, autuada em 14.06.2018. Sentença proferida em 21.09.2018. À Secretaria para cumprir integralmente o determinado à fl. 16/17.
0000889-69.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação de retificação, autuada em 20.11.2018. Parecer apresentado em 15.03.2019. À conclusão, tendo em vista parecer de fls. 18, datada de 15.03.2019.
0000806-53.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de ação de justificação de óbito, autuada em 28.11.2018. Parecer apresentado em 15.03.2019. À conclusão, tendo em vista parecer de fls. 12/13, datada de 15.03.2019.
18.16 CURATELA	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0000221-63.2013.8.06.0202	Visto em inspeção. Processo autuado em 08.11.2013. Sentença proferida em 18.10.2018. À Secretaria para cumprir integralmente o determinado à fl. 37/40.
0001600-50.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo autuado em 15.07.2013. Petição apresentada pelo INSS em 09.02.2018. Feito concluso desde então. À conclusão para impulso oficial.
0000046-35.2014.8.06.0202	Visto em inspeção. Processo autuado em 14.03.2014. Processo despachado em 09.05.2017, determinando que os autos fossem remetidos ao perito para providências. Certidão de decurso de prazo em 20.03.2019. À conclusão.
0000226-85.2013.8.06.0202	Visto em inspeção. Processo autuado em 11.11.2013. Processo despachado em 08.03.2018, determinando a notificação da Secretaria de Assistência Social para providências. Certidão de decurso de prazo em 18.03.2019. À conclusão.
0001814-70.2015.8.06.0069	Visto em inspeção. Processo autuado em 14.01.2016. Sentença proferida em 28.11.2018. À Secretaria para cumprir integralmente o determinado à fl. 72/74.
18.17 PROCESSOS DO TRIBUNAL POPULAR DO JURI	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação



0000326-74.2012.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia pela prática de crime tipificado no art. 121, §2º, II, CP, por fato ocorrido em 28.11.2011. Denúncia apresentada em 18.12.2012 e recebida em 11.03.2013. Processo paralisado desde 19.06.2018, após apresentação de alegações finais pelas partes. À conclusão para impulso oficial.
0000305-98.2012.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia pela prática de crime tipificado no art. 121, §2º, II, CP, por fato ocorrido em 25.05.2008. Denúncia apresentada em 09.08.2011 e recebida em 22.08.2011. Processo paralisado desde 20.08.2018, após apresentação de alegações finais pelas partes. À conclusão para impulso oficial.
0000033-02.2015.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia pela prática de crime tipificado no art. 121 c/c art. 14, II, CP, por fato ocorrido em 24.01.2015. Denúncia apresentada em 24.03.2015. Processo despachado em 08.03.2019, determinando a notificação do MP para informar o endereço da testemunha ou substituí-la. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 113.
0000299-91.2012.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia pela prática de crime tipificado no art. 121, §2º, I e IV c/c art. 69, CP e art. 121, §2º, I e IV c/c art. 14, II, CP, por fato ocorrido em 07.09.2008. Denúncia apresentada em 10.01.2011 e recebida em 23.03.2011. Processo paralisado desde 14.03.2018, após apresentação de alegações finais pelas partes. À conclusão para impulso oficial.
0000269-56.2012.8.06.0202	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia pela prática de crime tipificado no art. 121, §2º, I c/c art. 61, I, e, CP, por fato ocorrido em 02.11.2000. Denúncia ofertada em 30.11.2000. Réu absolvido por imputabilidade, sendo-lhe determinado a aplicação de medida de segurança em 16.07.2002. Determinada a realização de perícia para comprovação da imputabilidade do agente. Perícia realizada em 27.02.2019. Aguardando laudo pericial.

18.18 PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo	Movimentação
0002495-69.2017.8.06.0069	Visto em inspeção. Procedimento do Juizado Especial Cível, Ação Declaratória de Inexistência de Débito. Autuada em 23/10/2017. Audiência de Conciliação realizada em 06/12/2017. Despacho em, 23/01/2018, para intimar a parte requerida para apresentar contestação. Processo concluso desde 08/11/2018.
0003679-26.2018.8.06.0069	Visto em inspeção. Procedimento do Juizado Especial Cível. Ação indenizatória, autuada em 15/03/2018. Audiência de Conciliação realizada em 23/05/2018. Processo concluso desde 19/07/2018.
0000208-25.2017.8.06.0202	Visto em inspeção. Procedimento do Juizado Especial Cível. Ação de Reparação de Danos Morais e Materiais, autuada em 28/08/2017. Audiência de Conciliação realizada em 21/08/2018. Processo concluso desde 21/08/2018.



0000232-53.2017.8.06.0202	Visto em inspeção. Procedimento do Juizado Especial Cível. Ação Indenizatória, autuada em 18/10/2017. Audiência de Conciliação realizada em 24/04/2018. Despacho , em 06/06/2018, determinando a exibição do instrumento original do contrato. Processo concluso desde 06/08/2018.
18.19 AÇÃO CIVIL PÚBLICA	
Processo	Movimentação
1121-28.2011.8.06.0069	Visto em inspeção . Último despacho lançado às fls. 112. Ação popular. Certidão fls. 115, em 22/03/2019.
0001776-29.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Protocolada em 12/09/2013. Audiência de Instrução e Julgamento designada para a data de 23/05/2019. Despacho de fls. 536, sem data.
0001853-04.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Último despacho lançado às fls. 108, com concessão de liminar .
0000197-64.2015.8.06.0202	Visto em inspeção. Feito paralisado desde 25/06/2018, faça-se conclusão para o devido impulso oficial. Data da inspeção feita pelo titular da Comarca , conforme Portaria interna da inspeção.

19 PROCESSOS MAIS ANTIGOS EM TRAMITAÇÃO	
Processo	Movimentação
0000118-24.2000.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de ressarcimento de recurso ao tesouro nacional, autuada em 26.03.2001. Sentença proferida em 04.05.2001. Decisão anulada pelo Tribunal de Justiça em 13.09.2011. Processo inspecionado durante inspeção interna realizada na unidade em julho de 2018. À conclusão para impulso oficial.
0000034-81.2004.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de inventário, autuada em 22.08.2002. Processo despachado em 13.12.2018, nomeando inventariante. A Secretaria para cumprir o despacho de fl.123.
0000189-45.2008.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Execução Fiscal, autuada em 30.04.2008. Petição apresentada pela Procuradoria-Geral da Federal em 13.02.2019. À conclusão tendo em vista a petição de fl.51, datada de 07.02.2019.
0000030-68.2009.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Cobrança Seguto DPVAT, autuada em 30.09.2009. Processo despachado em 17.12.2018, determinando a expedição de ofício à Secretaria Municipal de Saúde de Coreaú para providências. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 172.
0000009-92.2009.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Usucapião, autuada em 06.11.2009. Processo despachado em 17.12.2018, determinando a citação da parte requerida para providências. À Secretaria para cumprir o despacho de fls. 172.
0001298-89.2011.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Retificação de Área e Registro, autuada em 24.10.2011. Processo despachado em 10.04.2018, nomeando perito e determinando sua intimação para apresentar valores de honorários. Perito não intimado, conforme certidão do oficial de justiça datada de 04.12.2018

0000839-24.2010.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Restabelecimento de Pensão por Morte, autuada em 19.04.2010. Processo paralisado desde 09.06.2017. À conclusão para impulso oficial.
0000045-21.2012.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, autuada em 16.02.2012. Processo despachado em julho de 2018, determinando a notificação do credor para impulsionar o feito. Certidão de decurso de prazo em 20.03.2019. À conclusão para impulso oficial.
0000106-76.2012.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação anulatória de registro civil, autuada em 02.08.2010. Processo despachado em julho de 2018, determinando a realização de perícia, devendo o Município indicar psicólogo. Certidão de decurso de prazo em 20.03.2019. À conclusão para impulso oficial.
0000199-94.2005.8.06.0069	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Retificação de Registro de Casamento, autuada em 22.09.2011. Processo despachado em 11.12.2018, determinando a intimação da parte para requerer o que entender de direito. Certidão de decurso de prazo em 22.03.2019. À conclusão.

19.1 IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	
Processos na fila:	Data ajuizamento do processo mais antigo:
Tempo médio de tramitação:	
Processo	Movimentação
0001442-58.2014.8.06.0069	Visto em inspeção. Último despacho, lançado às fls. 280, em 08/02/2019. Intimação das partes acerca de documento de fls. 279. Em seguida, conclusos para sentença.
0001116-35.2013.8.06.0069	Visto em inspeção. Ação Civil de Improbidade Administrativa . Houve julgamento parcial, fls. 1340/1343. Último despacho, lançado em 18/01/2019, fls. 1357.
0001608-22.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. Ação Civil de Improbidade Administrativa. Último despacho lançado às fls. 60. Intimação das partes para especificar se possui algum interesse. Em seguida, concluso para sentença.
0001609-07.2016.8.06.0069	Visto em inspeção. Ação Civil de Improbidade Administrativa . Às fls. 58 certidão solicitando ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará cópia do processo nº 210.COR.PCS, sem respostas. Após, concluso para sentença.

20 ESTABELECIMENTO PRISIONAL (dados coletados do FICOVI)		
20.1 INFORMAÇÕES GERAIS- Não possui estabelecimento prisional.		
Nome do Prédio		
Endereço		
Quantidade de celas		
Capacidade de cada cela		
Existe cadastro/control de presos provisórios?	() Sim () Não	
20.2 QUANTIDADE DE PRESOS- Não possui estabelecimento prisional.		
	Masculino	Feminino
Presos provisórios		
Regime Fechado		
Regime Semiaberto		



Regime Aberto		
Total		
20.3 RECLAMAÇÕES DOS PRESOS		

21 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS DO CNJ (dados coletados do FICOVI)	
21.1 Meta 1	
Até o mês de janeiro de 2019, foram distribuídos 142 processos (sem distinção entre conhecimento e execução) e julgados 30 processos (sem distinção entre processos de conhecimento e execução).	
21.2 Meta 2	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	292
21.3 Meta 4	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	8
21.4 Meta 6	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	5
21.5 Meta 8	
Quantitativo nesta situação pendente de julgamento:	

22 PROJETOS (dados coletados junto à Unidade inspecionada)	
22.1 PROJETO PAI PRESENTE	
Projeto está implantado: () Sim (X) Não	Portaria de implantação:
Ações realizadas:	
22.2 PROJETO DE ERRADICAÇÃO DO SUB-REGISTRO	
Há unidades interligadas implantadas: () Sim (X) Não	
Se não houver, como está ocorrendo o registro de crianças:	
22.3 IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO CONFERÊNCIA	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	(X) Sim () Não
Possui sala específica para a videoconferência?	(X) Sim () Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	() Sim (X) Não
Já realizou audiência por videoconferência:	() Sim (X) Não

23 NORMATIVOS IMPORTANTES (dados coletados junto a Unidade Inspeccionada)		
Normativo	Conteúdo	Aplicação
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº 154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.	(X) Sim () Não
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.	(X) Sim () Não
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.	(X) Sim () Não
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do	(X) Sim () Não

	Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.	Não
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízos com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.	(X) Sim () Não
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.	(X) Sim () Não
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.	() Sim (X) Não
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.	(X) Sim () Não
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	(X) Sim () Não
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.	(X) Sim () Não
Provimento nº 01/2016/CGJCE	Dispõe sobre o procedimento a ser adotado para o recambiamento de presos que se encontram recolhidos em estabelecimentos penitenciários de outros Estados da Federação.	(X) Sim () Não

24 RECLAMAÇÕES

25 RECOMENDAÇÕES
25.1 Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2018, com destaque para as Metas 1 (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) e 2 (identificar e julgar, até 31/12/2018, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2014, no 1º grau), registrando que as referidas metas foram satisfatoriamente cumpridas pelo magistrado, consoante se infere dos dados disponibilizados no Sistema de Estatística e Informação.
25.2 Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;
25.3 As Cartas Precatórias, estão tendo o andamento e o cumprimento regular, não havendo observação a fazer no que concerne a esse item.
25.4 Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais
25.5 Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, envidando esforços para que

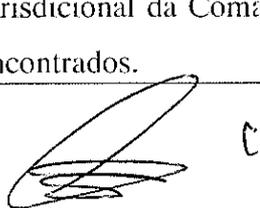


	audiências não sejam redesignadas e que os feitos não fiquem paralisados por tempo demasiado, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;
25.6	Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, fato observado quando o atual magistrado assumiu as suas funções na Comarca, com o cuidado necessário de decidir ex officio, na hipótese de eventual excesso de prazo.
25.7	Realizar mutirões de audiências nos processos simples que possibilitam o julgamento em lote na própria audiência, como nos crimes de furto e porte de arma, o que pode incrementar a produtividade da unidade e abreviar a prestação jurisdicional.
25.8	Movimentar, no prazo de 90 (noventa) dias, todos os processos paralisados há mais de 100 (cem) dias que se encontram no gabinete da unidade, comunicando o resultado à Corregedoria ao final deste prazo;
25.9	Apresentar um plano de ação para o julgamento dos processos que estão conclusos para sentença há mais de 100 dias.
25.10	Cobrar de todos os mandados aguardando cumprimento há mais de 45 dias.
25.11	Proceder o agendamento de data para realização das sessões do Tribunal do Júri nos processos que se encontram prontos para este fim
25.12	Proceder o agendamento de data para realização de audiências pendentes de designação
25.13	Proceder a identificação e imediato impulso dos processos inseridos na Meta ENASP, (ações penais de crimes dolosos contra a vida iniciadas até 31/12/12 e que não haviam sido julgadas até 31/10/16, excluídas as suspensas), de modo a garantir que recebam tramitação prioritária;
25.14	Proceder a identificação e imediato impulso oficial dos processos inseridos na Meta 8 do Conselho Nacional de Justiça (Identificar e julgar, até 31/12/2019, 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados ao feminicídio distribuídos até 31/12/2018 e 50% dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher distribuídos até 31/12/2018), de modo a garantir que recebam tramitação prioritárias;
25.15	Proceder a identificação e imediato impulso oficial dos processos inseridos na Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça), de modo a garantir que recebam tramitação prioritários, em razão de termos identificados ações penais inseridos nessa meta que não tratam de casos de corrupção ativa , passiva , peculato e concussão .
25.16	Expedir o atestado de pena a cumprir anualmente em todos os feitos, o que deve ocorrer até o último dia útil do mês de janeiro de cada ano, com sua respectiva entrega ao apenado, conforme determina o art. 12, III, da Resolução nº 113 do CNJ. Identificamos atestados expedidos em meses distintos do que preconiza a recitada Resolução.
25.17	Analisar os pedidos de liminares pendentes de apreciação em processos em tramitação.
25.18	Atualizar o cadastro de Histórico de Partes do SAJ de todos os processos, com o fim de verificar a existência de benefícios dos internos ou mesmo da consumação da prescrição.
25.19	Datar e assinar os despachos lançados por ocasião das inspeções internas , sob a responsabilidade do Magistrado responsável pela Unidade. Constatamos que em alguns processos, tais providencias não restaram observadas.
25.20	Empreender esforços para realizar expedientes com maior celeridade.

26 CONCLUSÃO

Unidade com problemas pontuais, mas sem necessidade de repercussões na esfera disciplinar, devendo serem feitas recomendações para que o magistrado sancie tais inconsistências.

Pelo que fora minuciosamente relatado, há de se reconhecer que a prestação jurisdicional da Comarca de Coreau se encontra satisfatória, a despeito de alguns problemas encontrados.



Podemos perceber que a maioria dos feitos está tramitando regularmente, mesmo com a unidade possuindo um elevado acervo, em decorrência da remessa dos processos ativos que tramitavam na Comarca de Moraújo, para a Comarca de Coreaú.

Por outro lado, não podemos deixar de consignar que é de conhecimento desta Casa Censora que o magistrado assumiu a titularidade da Comarca de Coreaú (junho/2015) e que responde atualmente pela 1ª Vara da Comarca de Granja.

Todavia, em razão da realidade posta, é preciso trabalhar no combate as deficiências encontradas, dando, também, atenção aos processos regidos pela Lei dos Juizados Especiais, que representam em torno de mais de 40% do total do acervo da Comarca, de modo a promover uma maior ênfase às garantias constitucionais da celeridade processual e da duração razoável dos processos relacionados a essa matéria

Assim, é de bom alvitre que a unidade apresente um **plano de gestão para incrementar o número de julgamentos, principalmente nos feitos relacionados ao Juizado Especial, bem como visando movimentar todos os processos que se encontram parados há mais de 100 dias**, informando uma previsão para julgamento daqueles feitos que já se encontram conclusos para esse fim, de modo a possibilitar que, mesmo não sendo alcançada esta meta ao final do ano, pelo menos sejam feitos os esforços possíveis para se chegar o mais próximo de seu objetivo.

Portanto, constatou-se que, neste momento, não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade censória desta Corregedoria.

Os esforços do Magistrado, GUIDO DE FREITAS BEZERRA, à frente da Unidade, bem como da equipe de funcionários, são notórios e garantem o regular desempenho dos serviços judiciais. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações, acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.



Por fim, foi entregue cópia deste relatório ao magistrado, que, em cumprimento ao Provimento nº 006/2007-CGJ/CE, deve apresentar respostas as recomendações listadas e corrigir as pendências verificadas, no prazo de 45 dias, comunicando a esta Casa Censora as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.



FERNANDO TELES DE PAULA LIMA
Juiz Corregedor Auxiliar



GUIDO DE FREITAS BEZERRA
Magistrado Titular da Comarca de Coreaú